

AGROINDÚSTRIAS E LUTAS SOCIAIS (A COMPLEXIDADE DAS LUTAS SOCIAIS EM TORNO DO VALOR DO PRODUTO)*

*José Vicente Tavares dos Santos ***

*Marinês Zandavali Grando ****

*Anita Brumer *****

*Anete Jalfim ******

1 — Introdução

A economia do sul do Brasil tem sido analisada por alguns pesquisadores como tendo passado, a partir de 1930, por um processo de crescente industrialização e de vinculação com as economias de outros estados ou regiões do País. Nesse processo, a agropecuária vem perdendo terreno para a indústria, ocorrendo a “criação e expansão da hegemonia do capital industrial oligopólico no país” (Muller, 1979, p.358-402).

Tomando como referência esse quadro geral, o presente texto objetiva iniciar um questionamento sobre o processo de transformação da agricultura, o qual envolve inúmeros aspectos econômicos, sociais e políticos. Em particular, vamos problematizar a relação entre as agroindústrias e os pequenos e médios produtores, indicando a complexidade das relações entre os diferentes grupos econômicos e sociais envolvidos. Mais ainda, pretendemos demonstrar que as lutas sociais por “preços”, ou, como preferimos denominá-las, as lutas sociais pelo valor do produto, as quais se fizeram presentes em várias regiões brasileiras na última década, configuram uma

* Este texto faz parte de um projeto que está sendo desenvolvido pelos autores dentro do acordo de cooperação técnico-científica firmado entre a FEE e a UFRGS (através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

** Sociólogo e Professor da UFRGS.

*** Economista da FEE.

**** Socióloga e Professora da UFRGS.

***** Socióloga da FEE.

expressão dos conflitos sociais pelos quais se tecem as relações entre agroindústrias e produtores rurais. Queremos perceber, também, os efeitos sócio-dinâmicos que tais lutas têm desencadeado nos diferentes atores sociais, para, no limite, indagar em que medida estes aparecem como agentes históricos (Touraine, 1989).

De um modo geral, pouca atenção tem sido dada aos conflitos sociais gerados no inter-relacionamento entre pequenos e médios agricultores e as agroindústrias. Consideramos que isso ocorre porque ora se privilegia a lógica específica dos produtores camponeses, abstraindo sua inserção na economia e na sociedade global, ora se considera a lógica das agroindústrias como determinantes unívocas da produção e dos produtores agrícolas. Nossa proposta metodológica propõe-se a superar tais enfoques parciais, considerando como objeto de análise a relação recíproca entre os dois pólos — camponeses e agroindústrias. Pretendemos, assim, superar uma ótica que percebe, nessa relação, apenas um processo de compra e venda: trata-se, para nós, de uma relação social complexa, que contém dimensões econômicas e não econômicas a serem necessariamente reconstruídas.

2 — Formulação de um objeto complexo

A reflexão sobre as transformações econômicas e sociais em curso no setor agrícola do Brasil Meridional passa pela problematização das relações entre as agroindústrias e os protagonistas das lutas sociais agrárias que, há mais de uma década, eclodem em diversas regiões do País. A multidimensionalidade dessas relações implica a necessidade teórica do delineamento de uma abordagem interdisciplinar, no nosso caso formulada por um duplo ponto de vista, econômico e sociológico. Partimos do pressuposto de que a inter-relação entre as agroindústrias e os pequenos e médios produtores agrícolas constitui um objeto de estudo complexo, no interior do qual, como mostra Jollivet,

“(. . .) a diversidade é vista como decorrente da multiplicidade de fatores que são levados em consideração, da multiplicidade de valores que tais fatores podem tomar, da variabilidade das hierarquias que podem se estabelecer entre eles e das configurações causais que podem formar” (Jollivet, 1988, p.302).

Sabemos que uma profunda crise perdura na economia brasileira, crise que se manifesta de forma mais contundente pela formação de uma leva de milhões de desempregados que, pelo êxodo rural, anualmente se deslocam para as cidades. Entre aqueles que permanecem no setor agrícola, essa crise se revela, fundamentalmente, pelas dificuldades de sobrevivência e reprodução, particularmente das pequenas e médias unidades produtivas.

O desenvolvimento agrícola, tal como foi processado pelas economias desenvolvidas, caracteriza-se por uma estreita vinculação com a grande indústria, tanto no que se refere aos meios de produção, quanto no que se refere à destinação do produto. Articulado pela grande indústria, esse estilo de desenvolvimento foi, entre

nós, viabilizado pela política econômica e orientado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e por centros afins de extensão rural e assistência técnica, sem que tivesse aqui o caráter gradual e progressivo como nos países onde foi concebido. Provocou transformações rápidas no processo de produção agrícola, com resultados sociais que espelham uma concentração dos mecanismos econômicos e políticos nas mãos de um número de agricultores cada vez mais restrito.¹

Esse tipo de desenvolvimento agrícola, caracterizado pelo emprego cada vez maior de meios mecânicos, químicos e biólogos altamente produtivos, criou, no Brasil, em cerca de duas décadas, uma integração, sem precedentes, da agricultura com os demais setores da economia, não só no que concerne aos meios de produção, mas também no que se refere aos mercados de mão-de-obra e capital. O exame de algumas variáveis macroeconômicas, tais como a taxa de câmbio, o índice da inflação, a renda dos consumidores e a dívida externa brasileira, mostra que toda a agricultura está hoje fortemente influenciada pelo curso da economia global. Verifica-se que, quanto mais capitalista é determinado segmento de produção, maior é a influência da economia como um todo sobre o andamento desse segmento; ainda mais, se a agricultura está ligada à economia internacional, estará ainda exposta às oscilações vindas do Exterior.

As transformações econômicas ocorridas no Brasil foram acompanhadas por conflitos sociais que se expressam em diferentes formas. Parte significativa desses conflitos concentrou-se na região compreendida por São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, com frequência, expressa um nível de organização interestadual. Nessas regiões, têm ocorrido quatro tipos de lutas sociais: lutas sociais que visam à preservação e conquista da terra, desencadeadas por pequenos proprietários ameaçados pela desapropriação por construção de obras públicas (hidrelétricas) e por agricultores sem terras; lutas sociais que visam à ampliação dos direitos de cidadania (aumento dos benefícios e dos beneficiários da previdência social), conduzidas principalmente por mulheres; lutas sociais pelos direitos trabalhistas rurais, basicamente por melhores condições de trabalho e por aumento de salários, organizadas por trabalhadores rurais permanentes e temporários; e lutas sociais cujas questões centrais dizem respeito às condições de comercialização dos produtos agrícolas.

São as lutas sociais deste último tipo que particularmente nos interessam, por terem efeitos na organização da produção e por expressarem conflitos ao nível das relações de troca. As reivindicações recorrentes em tais ações coletivas são: melhores preços para os produtos agrícolas transparência nos critérios de classificação das

¹ São pertinentes na análise das transformações da agricultura brasileira os trabalhos de: Silva (1981); Martins (1975); Muller (1982); Sorj (1979); Szmrecsányi (1979); Wilkinson (1985).

matérias-primas pelas agroindústrias e exigência de uma redução nos preços dos insumos de origem industrial e de bens de capital. Frequentemente, tais mobilizações combinam-se com pressões que visam ao acesso a mecanismos econômicos institucionais e ao crédito rural e mesmo com ações de protesto em relação à condução da política agrícola, ou, ainda, contra certas medidas governamentais consideradas onerosas ao setor, como, por exemplo, pesadas taxações de produtos agrícolas exportáveis.

Essas lutas sociais de pequenos e médios produtores, mobilizados em torno da questão do valor do produto agrícola, ocorrem, no Brasil Meridional, desde pelo menos 1978.² Podemos lembrar as mobilizações dos camponeses vinculados às agroindústrias, tais como os produtores de uva, de pêssego, de fumo e de suínos, e aquelas desencadeadas pelos pequenos e médios produtores tecnificados, os produtores de soja, de leite, de arroz e de aves. As lutas sociais que ocorreram até meados da década de 80 já foram, em parte, reconstituídas³ e aqui serão evocadas com o objetivo de sugerir diretrizes para nosso questionamento.

Tais análises concluíram que as lutas sociais pelo valor do produto foram melhor organizadas e tiveram maior impacto entre os camponeses subordinados à agroindústria, ainda que os pequenos produtores tecnificados também tivessem se manifestado. As reivindicações expressas nessas diversas ações coletivas frisaram certos temas comuns: aumento de preço dos produtos agrícolas, para obter “um preço justo”; modificações no sistema de classificação dos produtos agrícolas, bem como democratização e controle do sistema; e mudanças na política agrícola nacional, de modo a favorecer os pequenos produtores.

À medida que se sucediam as mobilizações, os adversários eram personificados nas agroindústrias nacionais e transnacionais, tanto por causa das condições de compra e do preço pago às matérias-primas agrícolas quanto por causa do controle unilateral do sistema de classificação dos produtos agrícolas. Todavia também foi identificado como adversário o Estado, seja por causa da política de crédito que prejudicou e excluiu os pequenos produtores, seja pela fixação de preços mínimos que não garantiam aos camponeses uma recomposição dos custos de produção. Sobre esses dois instrumentos de política agrícola, podemos citar estudo da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, o qual observa que o crédito, tanto de custeio como de comercialização,

“(. . .) foi canalizado para um diminuto número de produtores: médios e grandes. Esses foram beneficiados tanto com o crescimento real do

² Há registros, no entanto, de lutas em torno do preço de alguns produtos, como trigo no final dos anos 50; arroz nos anos 20; criação e charque, que levaram à Revolução Federalista de 1893-95 e à de 1923 no Rio Grande do Sul, perdurando durante os anos 30. Sobre algumas dessas lutas ver: Fraquelli (1979); Pesavento (1979/80; 1978).

³ Algumas das análises realizadas são as seguintes: Brumer (1984; 1985; 1988; 1989); Grando (1987); Santos (1982; 1985; 1985a).

crédito até 1975 como, após esse ano, com o subsídio embutido nesse crédito, que aumentou sensivelmente devido ao crescimento das taxas inflacionárias e à manutenção da taxa de juros constante. Como neste último subperíodo o crédito evoluiu a taxas reais negativas, enquanto que o valor real médio dos contratos de crédito aumentou, deduz-se que essa política colaborou para concentrar ainda mais a renda no campo”.

O estudo chama atenção, igualmente, para o fato de as entidades, tais como o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (FECOTRIGO), congregadoras dos grandes produtores e também a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) procurarem

“(. . .) estimar os custos com base em propriedades que produzem sob relações capitalista de produção e que, seguramente, apresentam custos unitários de produção inferiores aos da pequena propriedade” (Garcia, coord., 1982, p.39 e 98).

Finalmente, mesmo que os resultados econômicos dessas lutas sociais não tenham sido consideráveis, o desenvolvimento das ações coletivas produziu, entre os produtores, uma consciência de sua força social. Eles se reuniram, organizaram levantamento dos custos de produção, se manifestaram dezenas de vezes e conseguiram congrega, publicamente, milhares de pequenos e médios produtores rurais. Esse conjunto de ações coletivas pressionou certos sindicatos a uma mudança significativa em suas formas de ação, passando, desde então, a se pautarem por uma postura reivindicativa enquanto representantes dos interesses daqueles camponeses em luta.

Em resumo, os agricultores do sul estão representados por um número crescente de sindicatos locais que, em suas práticas renovadas, reivindicam o reconhecimento de direitos de cidadania de modo preciso: direito à participação nas decisões econômicas e políticas e direito de reter os benefícios de sua produção na unidade produtiva familiar.

3 — A relação de troca entre grupos sociais desiguais

No Brasil Meridional, as unidades de produção familiar têm origem nas formas de produção consolidadas na época da colonização agrícola, a partir do início do século XIX, com camponeses europeus de outras nações que não Portugal. Uma grande parte desses agricultores encontra-se hoje em um processo de integração agroindustrial, tendo rompido com o sistema de escoamento de sua produção agrícola pela intermediação de agentes compradores. A ligação com a indústria deixou de ser indireta e de pouca importância: não é mais apenas para o comércio local ou regional que a produção é dirigida preferencialmente, mas diretamente para a indústria. Os agricultores tendem a se especializar em certos tipos de produtos pela imposição dos grupos industriais, e, em função dessa especialização, ocorre um desenvolvimento das forças produtivas.

Essa agricultura tornou-se consumidora de máquinas e insumos ofertados pelo parque industrial e fornecedora de matérias-primas para o setor agroindustrial. Ao absorver uma importante parte dessa produção, a agroindústria situa-se numa posição de domínio no mercado comprador. Esse processo conduz à formação de um sistema agrário que substitui o sistema de policultura-criação, tipicamente de pequenos agricultores.

No transcurso do processo de transformação⁴, desigualdades formam-se e reproduzem-se tanto ao nível de regiões como ao nível das unidades de produção. Para que se possa compreender como funcionam as desigualdades entre as unidades de produção interligadas num sistema que tende à especialização, é necessário, em primeiro lugar, compreender como estão articulados os mecanismos econômicos que transformam essa economia e reconstruir como nela se produz o movimento do capital. Em outras palavras, enquanto o agricultor detém a propriedade da terra e dos meios de produção, ele possui uma parte do capital social e produz numa situação de concorrência. Entretanto, à medida que avança o processo de tecnificação agrícola, a competição tende a ser cada vez mais desigual, visto que possibilidades desiguais de concentração de terras e de acumulação de capital são oportunizadas, tendo por consequência a formação de uma camada de agricultores que consegue se manter na produção e de outras camadas de agricultores que não o conseguem. Esse movimento é contínuo: enquanto uma parte das unidades de produção cresce em área e em equipamentos, a outra parte entra em crise, ocorrendo um êxodo rural considerável. A lei do desenvolvimento da agricultura nesse processo de transformação é a da divisão desigual da terra, do capital e da produtividade; nesse processo de concorrência e eliminação, o movimento econômico caracteriza-se, portanto, pelo aumento do capital constante e da superfície média utilizada.

O processo acima descrito ocorre de forma mais intensa no Brasil do que nas economias desenvolvidas, devido às particularidades que o processo da transformação agrícola assume, conforme já foi observado em outra ocasião (Grando, 1987). Ao provocar enorme concentração de terras e de renda, no Brasil, aprofundou as contradições e conflitos do meio rural. A economia camponesa, já fortemente pauperizada por ocasião da imposição da inovação tecnológica, passou a apresentar uma intensa crise. Atualmente, grande parcela do campesinato vivencia a destruição de seu sistema de produção como consequência da falta de condições mínimas para investir nos novos meios de produção, a fim de obter maior produtividade. Essa destruição engendra um excedente populacional que não está sendo satisfatoriamente absorvido pelos outros setores da economia urbana, que se desenvolve em desarmonia com o processo de transformação capitalista no campo. Esse é um aspecto da diferença entre o Brasil e os países desenvolvidos, pois, ainda que nestes a revolução

⁴ Nessa questão, tomamos como referência as análises de Mazoyer sobre as transformações da agricultura européia, que podem ser encontradas de forma sistematizada nos seguintes textos: Mazoyer (1982; 1985).

agrícola contemporânea provoque também um desenvolvimento econômico desigual entre os camponeses, no caso das economias centrais, a força de trabalho excedente que dela emerge é relativamente absorvida pela economia urbana, devido a um maior nível de integração econômica entre os diferentes setores.

As dimensões não econômicas constitutivas dessa relação entre agroindústrias e produtores agrícolas expressam-se não somente pelas ações coletivas de grande repercussão pública, como também por outras formas. Em particular, quer nos parecer que, na conjuntura política recente, se desencadearam mecanismos de negociação coletiva entre agroindústrias e camponeses que, embora menos notórios a nível da opinião pública, podem, no entanto, expressar um outro tipo de relacionamento.

Esse outro tipo de relacionamento, por parte dos camponeses, caracteriza-se pela **construção de um direito ao produto do trabalho**, o que será também uma das dimensões da construção de sua cidadania. Do lado dos empresários, dá-se uma redefinição no sentido de desenvolver um comportamento contratual, através do qual passam a reconhecer a outra parte da relação como cidadãos com iguais direitos.

Queremos salientar os efeitos dinâmicos dos conflitos sociais, tanto no sentido de redefinir a relação entre os camponeses e a agroindústria, quanto no sentido de compreender as modificações nas características sociais das agroindústrias e dos camponeses. Partimos do pressuposto de que as lutas sociais decorrem de conflitos de interesses, mas que nem todos os conflitos geram lutas sociais: cabe indagar que tipos de conflitos se manifestam e em que circunstâncias se transformam em lutas sociais.

A fim de efetuar a análise dos conflitos, nossa abordagem é histórica e estrutural. Sem esquecer que esse desenrolar histórico se dá em uma sociedade capitalista, salientamos que formas de produção específicas e as relações de produção que as acompanham apresentam diferenças e antagonismos que se manifestam de diversas maneiras. Os antagonismos e relacionamentos decorrentes dessas diferentes formas e relações de produção também são distintos. Isso sugere que, para o exame dos conflitos e das lutas sociais no campo, há necessidade de uma análise dos diferentes grupos, classes sociais e frações de classe. Cada um desses grupos, definidos a partir das formas e relações de produção nas quais se posicionam, constrói interesses de "classe" específicos, os quais podem se traduzir em conflitos e, talvez, em lutas sociais.

No exame das relações entre agroindústrias e produtores, o Estado assume um papel fundamental no controle das manifestações no campo. As diferentes formas de atuação do Estado em relação às lutas sociais contribuíram para a modificação da relação entre forças e relações de produção de um lado e lutas sociais de outro. Isto porque, em períodos em que o controle do Estado sobre a manifestação dos agricultores foi maior, como o de 1964 a 1978, embora tenham se agravado os problemas decorrentes da estrutura fundiária e os antagonismos entre forças e relações de produção, causados pelo crescimento intensivo do capital na agricultura, as lutas sociais que ocorreram foram reduzidas comparativamente à década de 50 e início dos anos 60.

De forma semelhante, a atuação maior ou menor de determinados grupos, tais como partidos políticos, sindicatos, cooperativas e Igreja, tem afetado a percepção

coletiva das causas dos conflitos e a sua manifestação em lutas sociais, ao estimular ou limitar essas lutas. O exame da complexidade dessas relações permite aos analistas mostrarem que condições são necessárias para a ocorrência de uma luta social organizada, concluir sobre a atuação de mediadores políticos e de uma liderança local experiente e examinar qual a importância de um maior nível de conscientização política dos camponeses sobre a emergência e continuidade das lutas sociais. Por outro lado, é através do exame circunstanciado dos distintos setores agroindustriais em torno dos quais se estabelecem essas relações que as lutas serão melhor compreendidas e que a complexidade da realidade social será melhor apreendida. Através da caracterização de diferentes setores agroindustriais, evidencia-se a complexidade das relações sociais que se estabelecem entre os atores sociais e grupos distintos, as quais diferem de um setor para outro. Há muito poucas tentativas de comparar essas lutas por preços e estabelecer generalizações capazes de responder a perguntas tais como: que condições são necessárias para a ocorrência de uma luta social organizada? A atuação de mediadores políticos, ou uma liderança local experiente, ou, ainda, um maior nível de conscientização política dos camponeses são condições necessárias para tal ocorrência?

4 — Caracterização sócio-econômica de setores típicos

Na caracterização sócio-econômica de setores típicos da relação complexa que se estabelece entre a agroindústria e os produtores agrícolas na Região Sul, destacaremos quatro segmentos produtivos do Rio Grande do Sul em torno dos quais houve reivindicações de agricultores: uva, pêssego, fumo e soja. Esses segmentos foram escolhidos por serem constituídos por produtores que estão vinculados à agroindústria em níveis diferenciados. A produção de pêssego é comandada por um parque de indústrias de conservas vegetais formado por unidades de pequeno e médio portes, caracterizado pela baixa composição orgânica de capital. Em oposição, encontra-se a produção de uva, fortemente organizada pelo sistema cooperativo e vinculada a uma indústria de transformação que passa hoje por um importante processo de internacionalização de capitais. A produção de fumo apresenta um dos maiores níveis de integração com a indústria, vinculada a um ramo altamente oligopolizado a nível internacional. Finalmente, a soja, que apresenta a particularidade de, ao mesmo tempo, ser consumida internamente e de constituir-se num produto de exportação, caracteriza-se por uma produção normatizada pela competição internacional, que foi o motor do recente processo de modernização da agricultura brasileira.

No que se refere ao fumo, o Brasil é o quarto maior produtor mundial e o segundo exportador.⁵ O Estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional:

⁵ Sobre o fumo, ver os estudos: Montali (1977); Lidke (1977).

há mais de 20 anos vem tendo uma participação relativamente estável em termos de área cultivada, a qual tem variado entre 31 e 36% da área total cultivada com fumo no Brasil. Já a produção tem crescido bastante nos últimos anos: a safra de 1988 está estimada em 360.000t, enquanto, em 1970, foi de 149.000t e, em 1960, de 56.000 toneladas/ano. Esse aumento de produção vem ocorrendo principalmente como resultado da crescente produtividade da cultura.

Há, no Rio Grande do Sul, cerca de 50.000 famílias de fumicultores, distribuídas em mais de 100 municípios. Uma significativa concentração da produção ocorre na microrregião denominada pelo IBGE de Fumicultora de Santa Cruz do Sul (em 1986, 40% da produção do Rio Grande do Sul ocorreu nessa microrregião), com destaque para o Município de Santa Cruz, o maior produtor nacional de fumo. Tomando-se essa microrregião como a mais representativa para a cultura, observa-se que (sempre de acordo com o IBGE) o produtor de fumo se concentra em estratos de áreas inferiores a 50ha e normalmente é proprietário da terra que cultiva. Usa preponderantemente a tração animal, mas faz uso relativamente alto de adubos e defensivos químicos; entretanto as práticas de conservação do solo não são muito expressivas. A mão-de-obra familiar é da ordem de nove para cada 10 pessoas que trabalham no cultivo, com uma leve propensão a decrescer. Reside justamente no alto emprego de mão-de-obra familiar e, portanto, nos custos de produção relativamente baixos a garantia de competitividade do produto no mercado internacional.

Historicamente, toda a produção de fumo é comercializada com as indústrias estabelecidas no Rio Grande do Sul, as quais, atualmente, são em torno de 20. Para produzir, o produtor obedece inteiramente à orientação da indústria: ele recebe instruções de como plantar, de acordo com as técnicas mais modernas possíveis. Mas, além de fornecer assistência técnica, a indústria de transformação define a área a ser plantada e adianta recursos para a compra de insumos. O agricultor é, ainda, orientado a manter ativamente a produção de subsistência para garantir o sustento da família e tornar, assim, menos onerosa a manutenção da mão-de-obra.

Durante sete décadas, a mesma sistemática de comercialização vem se repetindo e, conseqüentemente, duas importantes questões que permeiam as relações entre os agricultores e as indústrias têm se mantido constantes: são as que se referem aos critérios de classificação das folhas do fumo e ao preço de comercialização. Ou seja, na hora da colheita, a indústria recolhe o fumo na propriedade do fumicultor e processa a classificação e a pesagem em suas dependências sem qualquer participação do produtor. Reside nesse ponto, atualmente, o principal impasse entre industriais e produtores, pois estes últimos querem ter uma participação de seus representantes nesse processo.

Quanto aos preços de comercialização, muito recentemente os fumicultores chegaram a um acordo com as indústrias processadoras (até 1986, o preço era determinado anualmente, após o plantio e antes do início da colheita). Pondo fim ao coitejo de planilhas de custos sempre divergentes, o Sindicato das Indústrias de Fumo do Rio Grande do Sul e a Associação Brasileira de Fumicultores (AFUBRA) fazem hoje uma pesquisa conjunta de custos e estabelecem o preço do fumo antes do início do plantio, com correção mensal pelos índices da inflação e correção diária na

época da comercialização. Todos os produtores de fumo ficam sujeitos ao preço acordado, devido ao caráter monopsonístico desse mercado.

Do ponto de vista do mercado, a uva apresenta uma situação bem distinta da do fumo.⁶ No Rio Grande do Sul, a vitivinicultura envolve 200 indústrias de fundamental importância na industrialização da uva, 170 cantinas rurais, 26 cooperativas e por volta de 18.000 famílias de produtores. Só recentemente vem ocorrendo a penetração de capitais estrangeiros no setor, através de associação de empresas tradicionais com fortes grupos transnacionais.

A produção brasileira de uva é praticamente toda destinada ao mercado interno, pois os custos, a qualidade e a produtividade alcançados na cultura não permitem a competitividade no mercado internacional. O Rio Grande do Sul é o maior produtor brasileiro: para o ano de 1988, o IBGE estimou em 71% a participação gaúcha na produção nacional; a microrregião Vinicultora de Caxias do Sul é a que concentra a maior produção, destacando-se nela o Município de Bento Gonçalves como o maior produtor.

Do ponto de vista da produção, a uva tem as características típicas de uma cultura praticada por camponeses. Na microrregião Vinicultora de Caxias do Sul, a produção da uva concentra-se em estabelecimentos de até 50ha, está associada à produção de subsistência e utiliza mão-de-obra predominantemente familiar. Aliás, mais de 70% da área dessa microrregião é ocupada por esse tipo de estabelecimento, sendo que as terras são majoritariamente de propriedade dos agricultores. O uso de tração animal ainda é alto, sendo utilizado em cerca de 70% dos estabelecimentos, mas o uso de tração mecânica também é significativo, sendo encontrado em mais de 50% dos mesmos. Como geralmente ocorre com qualquer produto agrícola que serve de matéria-prima para a indústria agroalimentar, também na produção da uva é bastante alta a utilização de adubos e defensivos químicos, ou seja, oito entre 10 agricultores usam adubos químicos e 9,8 entre 10 agricultores usam defensivos químicos.

As cooperativas desempenham um papel importante na vitivinicultura, e o índice de associados em cooperativas é relativamente alto, se comparado ao de pequenos produtores dedicados a outras culturas; na microrregião Vinicultora de Caxias do Sul, o índice de associados é de 44%. A perspectiva da entrada de vinho argentino sem barreiras fiscais e a falta de competitividade dos vinhos brasileiros no mercado internacional colocam a produção gaúcha diante do desafio do avanço tecnológico.

Do lado da indústria, houve progresso tecnológico nos últimos anos. A indústria vinícola volta-se agora para o incentivo ao investimento em cepas nobres e busca a diversificação de produtos (o *cooler*, por exemplo), abrindo novos mercados. Ainda que a qualidade do vinho gaúcho tenha melhorado significativamente após a entrada de grupos transnacionais na área, só 22% da produção é de viníferas de boa

⁶ Sobre a vitivinicultura, ver os estudos: Pebayle (1973); Santos (1978; 1980).

qualidade. Por outro lado, apesar de já se ter estabelecido uma curva ascendente em termos de melhores índices de produtividade, as oscilações dos índices têm sido tão acentuadas que sugerem que a vinculação do rendimento obtido com as condições climáticas é ainda mais determinante do que a ocorrência de reais melhorias na técnica de plantio.

A relação dos produtores de uva com a agroindústria não atingiu o nível de negociação alcançado no setor do fumo. Uma diferença importante entre essas duas atividades refere-se ao fato de não serem todos os produtores de uva beneficiários da assistência técnica, do financiamento dos insumos e da reserva de mercado por parte da indústria de transformação, como ocorre na produção de fumo. Algumas indústrias adotam esse procedimento para aqueles produtores que se dedicam à produção de castas viníferas.

Depois de muitos anos de reivindicações, os produtores conseguiram incluir a uva na pauta de preços mínimos do Governo Federal, sem que isso tenha eliminado o impasse entre produtores e indústrias na questão dos preços. O preço da uva é discutido no Conselho Nacional de Vitivinicultura pelos representantes dos produtores da Comissão Interestadual e pela União Brasileira de Vitivinicultura. O Governo fixa um preço que tem representado o valor intermediário entre o pretendido pelos produtores e o almejado pela indústria. Mesmo assim, ocorrem situações em que as indústrias estabelecem uma tabela própria, forçando os produtores à entrega do produto a preços abaixo do oficial, os quais, segundo a planilha de custos dos agricultores, não têm sido remuneradores. Outra questão conflitante que permanece é a que se refere ao longo período de tempo — que pode chegar a seis meses — que separa o ato da entrega da uva pelo produtor do ato de pagamento feito pela indústria compradora.

No caso da produção de pêssego, a quantidade estimada em 1987 para o País como um todo chega a 1.078.933 mil frutos. Essa produção espalha-se pelos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, mas concentra-se no Rio Grande do Sul, onde está cerca de 80% da área cultivada e da quantidade produzida nacionalmente.⁷ Em todo o território do Rio Grande do Sul praticamente, encontram-se pessegueiros; entretanto as maiores lavouras estão reunidas na microrregião Lagoa dos Patos, principalmente nos Municípios de Pelotas e Canguçu, os maiores produtores; só a produção de Pelotas representa mais de 40% da produção nacional. As condições favoráveis de clima e solo, a tradição de cultivo entre os camponeses do lugar e, sobretudo, a formação da indústria de conservas para o qual se volta toda a produção local contribuíram para a especialização da região. Calcula-se que há aproximadamente 2.500 famílias de pequenos agricultores praticando o cultivo nessa região.

No Município de Pelotas, o maior produtor nacional de pêssego, a produção estimada pelo IBGE para 1987 foi de 294.000 mil frutos em 7.000ha de área colhi-

⁷ Sobre o pêssego, ver os estudos: Grando (1987); Fund. Planej. Urb. Reg. de Pelotas (1983).

da. Isso equivale a um rendimento, em média, de 42.000 frutos por hectare, considerado muito baixo em relação a outros países produtores. Ao que tudo indica, o baixo rendimento decorre de um processo produtivo camponês que não se transformou face ao progresso técnico ocorrido no sistema de cultivo do pêssego.

De acordo com estudos feitos pela Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (CIENTEC) (Grando, 1987), a maior parte dos pomares de pêssego encontra-se em áreas de 0,9 a 27ha, havendo maior incidência no intervalo de 1 a 1,8ha. Trata-se, portanto, de uma produção feita em pequenas superfícies e com elevada participação de mão-de-obra: num cálculo simplificado, considerando-se que cada família camponesa tenha, em média, cinco membros, somente em Pelotas seriam 12.000 pessoas envolvidas diretamente no cultivo, o que equivale a 1,6 pessoa por hectare.

Como nas duas culturas enfocadas anteriormente, os produtores de pêssego não são produtores especializados, mas, sim, produtores que se dedicam de forma privilegiada a uma produção comercial destinada à agroindústria, sem que seja negligenciada a produção para o autoconsumo. Ainda que a pesquisa agrônômica especificamente voltada para o pêssego, no Brasil, tenha avançado de modo considerável nos últimos anos, na região predominam sistemas de exploração baseados no cultivo com base em tração animal, cujo produto, quando comparado com o de outros países produtores, revela ser de baixo padrão em produtividade e em qualidade. O avanço das forças produtivas na região produtora de pêssego é lento e se expressa, sobretudo, pelo plantio de novas espécies da cultura e pelo emprego de adubos e defensivos químicos.

A influência da indústria no processo produtivo do agricultor é pouco significativa. Algumas empresas, as maiores, prestam aos produtores que lhes fornecem matérias-primas uma certa assistência, sob a forma de venda de sementes, adubos e outros insumos, como também sob a forma de empréstimos financeiros. Cerca de 90% da produção de pêssego em calda do Brasil é produzida em Pelotas. Existem 27 fábricas que operam na zona urbana do Município e 22 que operam na sua periferia, o que vem a se constituir na maior concentração industrial de conservas vegetais do Brasil. Dessas empresas, só três podem ser consideradas de grande porte, cinco são de porte médio e as demais são de pequeno porte. Convém assinalar que não existe nenhuma participação de capitais internacionais no setor. Devido às características desse parque industrial economicamente fraco, a relação entre os produtores e as indústrias, nesse caso, pode ser considerada, sobretudo, comercial, pois ainda não se estabeleceu uma relação estrutural mais estreita entre os dois segmentos que possa induzir a uma transformação na maneira do produtor produzir.

Entre os produtores de pêssego não há nenhuma cooperativa. Reivindicam, há muitos anos, a inclusão do pêssego na pauta dos preços mínimos, mas não são atendidos. Como a cultura não é protegida pela política de preços de sustentação, não existem, tampouco, normas oficiais para a classificação do produto. A seleção é feita segundo critérios estabelecidos pelas indústrias, de acordo com o tamanho e a homogeneidade da variedade e da cor, sendo que as normas mudam a cada ano. Assim, o preço é estabelecido pelos acordos entre os representantes das indústrias, através

do Sindicato das Indústrias de Frutas e de Conservas, e os interlocutores da Associação dos Produtores.

Comparando os produtores de pêssego com os de fumo ou de uva, podemos dizer que esses produtores não conquistaram o mesmo nível de organização de classe, o que os torna relativamente mais vulneráveis que os produtores de fumo e uva em suas relações com a agroindústria. De acordo com a Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego, no transcurso das negociações com as indústrias, os custos de produção são relegados. Geralmente, os preços pagos aos agricultores situam-se abaixo do custo de produção. A principal variável na determinação dos preços a serem pagos pela indústria é a quantidade de matéria-prima ofertada a cada ano. Os preços remuneradores só ocorrem em casos de escassez na oferta.

O último setor que pretendemos analisar neste texto é o da produção de soja, cujas características são muito mais complexas, tanto ao nível da produção quanto ao da circulação e distribuição.⁸

A atual safra de soja brasileira é recorde. Está avaliada em 22 milhões de toneladas e consolida a posição do Brasil como o segundo produtor mundial, situado logo após os Estados Unidos, país que, com uma produção de 50 milhões de toneladas, lidera o mercado. Metade da produção é comercializada no mercado interno, e a outra metade é exportada, o que, atualmente, faz da soja o primeiro produto na pauta das exportações brasileiras.

O Rio Grande do Sul é o maior estado produtor em tonelagem (6,6 milhões de toneladas para 1988) e em área (3,4 milhões de hectares), a qual representa um terço da área colhida com soja no Brasil. Com o desenvolvimento da soja, desenvolveu-se também uma tecnologia agrícola das mais avançadas; porém, essa tecnologia não é empregada uniformemente pelos sojicultores gaúchos, que obtêm, em média, uma das mais baixas taxas de produtividade da cultura no Brasil. A soja é produzida, no Rio Grande do Sul, em áreas dos mais variados tamanhos, tendo, porém, uma expressividade maior em estratos de 20 a 50 hectares. De acordo com a classificação do IBGE, a microrregião Colonial de Erechim é a que melhor representa os pequenos produtores, com as maiores área colhida e quantidade produzida (respectivamente, 12,34% e 14,93%). Por outro lado, a região que agrega de forma mais expressiva os grandes produtores de soja do Rio Grande do Sul é a denominada Microrregião de Passo Fundo (com 12,75% da área colhida e 14,08% da quantidade produzida no Estado).

Em decorrência de uma demanda mundial crescente, as cooperativas e a agroindústria, que já estavam voltadas para essa produção, passaram, a partir dos anos 70, a promover a expansão da cultura no Estado. A produção, inicialmente de pequenos agricultores, evoluiu para uma situação na qual estão, lado a lado, pequenos, médios e grandes produtores. Com a expansão da soja, houve um intenso processo

⁸ Sobre a soja, ver os estudos: Benetti (1982); Benetti & Frantz (1985); Bertrand et alii (1987); Frantz (1980); Leclercq (1988).

de modernização agrícola, e, paralelamente, ocorreu o rápido crescimento da indústria de moagem do grão.

Aliada à situação de grande demanda pelo produto no mercado internacional, foi de fundamental importância a proteção dada pelo Estado ao desenvolvimento do chamado “complexo soja” no Brasil. A ação do Estado ocorreu sob a forma de transferências financeiras para a produção e comercialização (foi o produto agrícola mais beneficiado com o crédito subvencionado) e de garantias de aprovisionamento para a indústria. Essa ação do Estado estava de acordo com o contexto da política econômica mais global, que teve por objetivo a maior industrialização do País e que se baseou na estratégia de promover as exportações brasileiras. Daí derivam os dois instrumentos de política econômica amplamente aplicados na formação do complexo soja: os incentivos fiscais para a agroindústria e os créditos de financiamento aos produtores e aos exportadores (de grãos e, preferencialmente, de produtos industrializados).

O complexo soja é composto por agentes do setor — produtores, indústrias e exportadores — com interesses divergentes frente à política econômica. Desde o início, a prioridade foi dada ao setor industrial. Entraram no mercado novas firmas transnacionais (Anderson-Clayton, Cargill), somando-se às já existentes (Sambra e Samrig). Emergiram grandes grupos nacionais (Oliveira, Sadia, Ceval) e inúmeras pequenas empresas. Além dos incentivos fiscais e do crédito à exportação, a agroindústria beneficiava-se de uma taxa menor sobre as exportações dos produtos que efetuava do que aquela praticada sobre as exportações dos produtos *in natura* (o óleo não era taxado e a torta de soja tinha uma taxa inferior à do grão até 1977). Para garantir o aprovisionamento dessa agroindústria, o Estado passou a praticar o contingenciamento das exportações — retendo no País cotas de grãos correspondentes à capacidade instalada de moagem de grãos. O Estado tomou, ainda, o cuidado de taxar fortemente as exportações de soja sempre que os preços internacionais se tornaram atraentes, de forma a evitar que os preços dos mercados interno e externo se alinhassem (por exemplo, o confisco cambial do final da década de 70). Além da moagem de grãos para a produção de derivados destinados à exportação e ao mercado interno, essa indústria opera uma importante produção de matéria-prima dirigida à atividade pecuária.

Os produtores de grãos agregam-se em cooperativas: elas são em número de 75 e formam a Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja, que reúne 230.000 sojicultores gaúchos. As cooperativas ocupam uma posição dominante ao nível da intermediação financeira ao produtor, do enquadramento técnico da produção e ao nível da estocagem do produto. São fortemente atuantes na exportação da soja, mas a industrialização que praticam limita-se à extração de óleo.

A crise financeira que se instaurou na economia brasileira no início desta década de 80 provocou uma mudança na política de crédito rural, que deixou de ser subsidiado. Por consequência, houve uma elevação dos custos para a produção, atingindo particularmente a soja, que se beneficiava enormemente desse tipo de transferência financeira. Para compensar, o Governo Federal passou a praticar uma política de preços mínimos mais remuneradora e liberou a comercialização da soja (ter-

minando o sistema de cotas de exportações), de modo que os produtores passaram a receber o preço de acordo com a cotação do mercado internacional. Essa liberação dos preços no mercado interno significou diminuir a proteção dada à agroindústria, que passou a praticar preços para os produtos derivados da soja de acordo com os preços internacionais (questão sobre a qual o Brasil era alvo de pressões por parte dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Européia).

Assim, quando a cotação internacional é alta, os produtores de menor produtividade têm garantido o retorno de seus custos de produção, os quais, por sua vez, se encontram mais elevados devido à supressão dos subsídios governamentais, e os consumidores pagam mais caro pelo produto final. Mas, se a cotação internacional é baixa, os pequenos produtores não conseguem colocação no mercado de forma a cobrir seus custos de produção e ficam na dependência da venda do produto através da política de preços mínimos.

A título de resguardar os interesses do País — ingresso de divisas, atendimento da demanda interna, controle da inflação —, o Estado vem praticando mudanças constantes na política voltada para a soja (cotas de exportação, suspensão de exportação, subvenção às exportações, imposto de exportação, controle de preços internos, subvenção ao consumo, subvenção à indústria, estoques reguladores, exportação de grãos, importação de óleo). Devido à importância que a soja assumiu para a economia nacional, é, talvez, o produto agrícola sobre o qual incida mais fortemente a ação do Estado, o que tem dado origem aos conflitos entre as cooperativas (produtores) e a agroindústria no que se refere à comercialização do grão.

5 — Por outra abordagem do problema

Parecem fortes as diferenças entre os segmentos produtivos dos primeiros três produtos acima referidos — o fumo, a uva e o pêssego — e o setor produtor de soja. Tantas outras diferenças poderiam ser lembradas de um segmento a outro. No entanto o mais significativo dessa variabilidade aparece ao nível da interpretação interdisciplinar da relação entre agroindústria e os produtores agrícolas: de que forma tal relação estrutural se expressa nas lutas sociais pelo valor do produto que, como destacamos no início deste artigo, marcaram uma ação histórica inovadora na cena social da agricultura do Brasil Meridional, na última década?

Nessa perspectiva, as questões pertinentes colocadas para a nossa investigação são:

- em que medida a relação agroindústria/produtor é constituída por práticas econômicas, sociais e políticas nas quais as duas partes são agentes ativos que, confrontando seus interesses, interagem em suas propostas de organização e reorganização econômica e social?
- como, ao nível das relações econômicas, a questão dos preços tem evoluído da dimensão técnica (os custos de produção, as regras de classificação das matérias-primas) para a dimensão política (a intervenção do Estado, a representação sindical de cada uma das partes)?

- as lutas sociais em torno das questões do valor do produto agrícola têm ou não como causa a tecnificação pela qual passa a agricultura brasileira?
- as agroindústrias, por sua vez, têm ou não sido levadas a redefinir sua atuação para fazer face às recentes ações dos produtores de matérias-primas agrícolas?
- em que medida a posição econômico-social diferenciada dos produtores influencia a natureza e o impacto econômico das lutas sociais?
- qual a repercussão das mudanças da conjuntura política nacional e da participação dos mediadores políticos na eclosão e no desenvolvimento das mobilizações?

Os questionamentos formulados consideram que as transformações econômicas e sociais na agricultura brasileira se caracterizam por um padrão de desenvolvimento capitalista desigual e contraditório. Tais transformações provocariam, então, modificações nas estratégias de reprodução dos pequenos e médios produtores, os quais vivenciam, de modo recorrente, um estado de crise econômica e social estrutural. Dependendo de uma multiplicidade de fatores econômicos, sociais e políticos, os conflitos decorrentes das relações de troca entre os produtores agrícolas e as agroindústrias expressam-se e cristalizam-se em lutas sociais de organicidade e duração muito variadas, segundo o espaço e o tempo de sua eclosão. Por conseguinte, sugerimos uma abordagem capaz de compreender tanto a complexidade da relação agroindústria/camponês quanto a configuração das lutas sociais que ocorrem nos diferentes setores. Por outro lado, pretendemos evidenciar o efeito determinante de tais ações coletivas na mudança das posições sociais e das orientações de conduta econômica e social dos agentes – tanto as agroindústrias como, e fundamentalmente, os pequenos e médios produtores. Conseguiríamos, então, do ponto de vista sociológico e econômico, identificar e interpretar os efeitos dinâmicos dos conflitos na posição de classe e nas estratégias dos diferentes grupos sociais em inter-relação. Essa outra forma de olhar a realidade econômico-social em tais segmentos agrícolas e agroindústrias talvez nos permita perceber além das experiências das relações de troca entre produtores, desvendando, assim, as relações sociais que aparecem ocultas por aquelas relações mercantis. O desafio teórico que se delineia por essa perspectiva de análise resume-se, enfim, em tentar desreificar uma relação social que se cristaliza na imediatez de sua ocorrência e, também, na limitação das análises correntes. Aplicar essa formulação vai exigir caminhos paralelos e intercomunicantes de investigação, que permitirão, talvez, demonstrar a relevância teórica e política desse objeto complexo, a relação entre as lutas sociais e as agroindústrias, relação sobre a qual tentamos aqui esboçar alguns contornos.

Bibliografia

- BENETTI, Maria Domingues (1982). **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980.** Porto Alegre, FEE. (Teses, 5).
- BENETTI, Maria Domingues & FRANTZ, Telmo Rudi, coord. (1985). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul 1957/1984.** Porto Alegre.
- BERTRAND, J. P. et alii. (1987). **O mundo da soja.** São Paulo, Hucitec/USP.
- BRUMER, Anita (1984). Movimentos sociais camponeses no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DO PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL NA AGRICULTURA. Rio de Janeiro, maio.
- (1985). Lutas sociais no campo no Rio Grande do Sul (1964-1983). *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Porto Alegre, 12.
- (1988). Mobilization and the quest for recognition: the struggle of rural women in southern Brazil for access to welfare benefits. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF AMERICANISTS, 46. Amsterdam, 4-8, Jul.
- (1989). Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-1988). In: ENCONTRO REGIONAL-SUL DO PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL NA AGRICULTURA, 2. Florianópolis, maio.
- FRANTZ, Telmo Rudi (1980). **Les granjas de blé et soja: genese et evolution d'un groupe d'agriculteurs capitalistes sur le plateau du Rio Grande do Sul.** Paris, Université de Paris I. (These de Doctoral de Troisième Cycle).
- FRAQUELLI, Jane Aita (1979). A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S., org. **RS: economia e política.** Porto Alegre, Mercado Aberto. p.329-57.
- FUNDAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DE PELOTAS (1983). **Estudo e propostas alternativas para o desenvolvimento industrial de Pelotas.** Pelotas.
- GARCIA, Álvaro Antônio Louzada, coord. (1982). **Análise da política de preços mínimos para os produtos agrícolas do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, FEE. p.39 e 98.
- GRANDO, Marinês Zandavalli (1987). **Petite agriculture en crise: le cas de la "Colonie Française" dans le Rio Grande do Sul.** Paris, Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne. (These de Doctorat de Troisième Cycle).
- JOLLIVET, Marcel (1988). **Pour une agriculture diversifiée.** Paris, L'Harmattan. p.302.
- LECLERCQ, Vincent (1988). **Conditions et limites de l'insertion du Brésil dans les échanges mondiaux au soja.** Paris, INRA. (Etudes et Recherches, 96).

- LIDKE, Élide Rubini (1977). **Capitalismo e camponeses: relação entre a indústria e a agricultura na produção de fumo do RS.** Brasília, UNB. (Dissertação de Mestrado).
- MARTINS, José de Souza (1975). **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo, Pioneira.
- MAZOYER, M. (1982). Origines et mécanismes de reproduction des inégalités régionales de développement agricole en Europe. **Economie Rurale**, Paris, (150/151): juil./sept.
- (1985). **Dynamique des systemes agraires: rapport de synthese provisoire.** Paris.
- MONTALI, Lília (1977). **Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul.** São Paulo, USP/FFLCH.
- MULLER, Geraldo (1979). A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S., org. **RS: economia e política.** Porto Alegre, Mercado Aberto.
- (1982). Agricultura e industrialização no campo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 2(6):47-77, abr./jun.
- PEBAYLE, Raymond (1973). Os viticultores do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, :51-77, jan./dez.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1978). **Charqueadas, frigoríficos e criadores: um estudo sobre República Velha Gaúcha.** Porto Alegre, PUC. (mimeografado).
- (1979/80). A República Nova Gaúcha: o Estado e os pecuaristas (1930-1937). **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS**, Porto Alegre, 6:157-73.
- SANTOS, J. V. Tavares dos (1978). **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo, Hucitec. (2.ed., 1984).
- (1980). Cantineiros e colonos: a indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In: BARROS, Eliane C. et alii. **RS: imigração e colonização.** Porto Alegre, Mercado Aberto. p.135-55.
- (1982). Movimentos camponeses no sul: produto e terra (1978-1981). In: Reforma agrária. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, 12(3):30-54, maio/jun.
- (1985). Política de colonização agrícola e o protesto camponês. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 6(2):127-40.
- (1985a). **As revoluções camponesas na América Latina.** São Paulo, UNICAMP/ICONE. (Organizador e autor da introdução).
- SILVA, José Graziano da (1981). **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo, Hucitec.
- SORJ, Bernardo (1979). Estrutura agrária e dinâmica política no Brasil atual. **Revista de Cultura e Política**, (1):19-25.

SZMRECSÁNY, Tamás (1979). **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1930-1975).** Campinas, Hucitec.

TOURAINÉ, Alain (1989). **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina.** São Paulo, Trajetória Cultural/UNICAMP.

WILKINSON, John (1985). **O Estado, a agroindústria e a pequena produção.** São Paulo, Hucitec.

Abstract

Based on an analysis of the relationship between agribusiness and small and medium-sized producers in Rio Grande do Sul, the authors study the changes in the processes of production within some branches of the state's agricultural sector, as well as the social conflicts those changes generate. They use a methodological approach in which the relationship between agribusiness and agricultural producers is perceived as a complex social relation, comprising economic and non-economic dimensions that must be reconstituted.